

MARCUS ABRAHAM  
VÍTOR PIMENTEL PEREIRA

*Coordenadores*

*Prefácio*



Ministro do STJ

# PRINCÍPIOS DE DIREITO PÚBLICO

## ÊNFASE EM DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Belo Horizonte



2018

ABRAHAM, Marcus; PEREIRA, Vitor Pimentel (Coord.). *Princípios de Direito Público: ênfase em Direito Financeiro e Tributário*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 435 p. ISBN 978-85-450-0462-2

## SUMÁRIO

## PREFÁCIO

<b>Marco Aurélio Bellizze</b> - Ministro do STJ.....	15
--	----

APRESENTAÇÃO.....	17
-------------------	----

## PARTE I

## DOCTRINA ESTRANGEIRA

EL PODER TRIBUTARIO EN LA CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA: COMENTARIOS  
AL ARTÍCULO 133 CE

<b>GABRIEL CASADO OLLERO</b> .....	21
I     Introducción.....	21
II    El poder de gravar y el deber de contribuir.....	23
III   Los titulares del poder tributario.....	24
IV    La potestad tributaria <i>originaria y exclusiva</i> del Estado.....	27
V     La potestad tributaria (limitada) de las comunidades autónomas.....	31
VI    El poder tributario de los entes locales.....	33

## EL PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DE CAPACIDAD CONTRIBUTIVA

<b>GUSTAVO J. NAVEIRA DE CASANOVA</b> .....	39
1     Introducción.....	39
2     El concepto de tributo.....	39
3     Las especies de tributos.....	41
3.1   Consideraciones generales.....	41
3.2   El concepto de impuesto .....	42
3.3   El concepto de tasa.....	43
3.4   El concepto de contribuciones especiales.....	44
4     El principio de capacidad contributiva.....	45
4.1   Consideraciones preliminares.....	45
4.2   Su origen económico y posterior connotación jurídica.....	45
4.3   Síntesis de los puntos de vista doctrinales a su respecto .....	46
4.4   La doble vertiente de la capacidad contributiva: como causa y como medida de las obligaciones tributarias.....	51
5     La capacidad contributiva en la jurisprudencia de la Corte Suprema de Justicia de la Nación.....	54

## CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E BENEFÍCIO OU EQUIVALÊNCIA NO PLANO TRIBUTÁRIO – UM BREVE EXCURSO SOBRE O CONTEÚDO E O VALOR DESSES PRINCÍPIOS

<b>JOÃO RICARDO CATARINO</b> .....	57
1 Razão e oportunidade do assunto .....	57
2 Capacidade contributiva. O que ela é e o que não é .....	57
3 O princípio do benefício ou equivalência: o que ele é e o que não é .....	60
4 O princípio da capacidade fiscal contributiva na lei portuguesa .....	64
5 Conclusão .....	67

## UMA FUTURA REVISÃO CONSTITUCIONAL?

<b>JOSÉ CASALTA NABAIS</b> .....	69
I Sentido e necessidade das revisões constitucionais .....	70
1 Sentido das revisões constitucionais .....	70
2 Necessidade das revisões constitucionais .....	71
3 Específicas necessidades de revisão da Constituição Portuguesa .....	72
3.1 A transferência da “constituição economia” para o nível europeu .....	72
3.2 A previsão de um estado de emergência económico-financeira .....	74
3.3 A eliminação de disposições constitucionais .....	75
3.3.1 A eliminação das disposições relativas às regiões administrativas .....	76
3.3.2 A eliminação do art. 104º da Constituição .....	78
II A oportunidade e viabilidade de uma revisão constitucional .....	79
4 A oportunidade de uma revisão constitucional .....	79
5 A viabilidade de uma revisão constitucional .....	80

## AMNISTÍA FISCAL *VERSUS* JUSTICIA TRIBUTARIA

<b>JOSÉ MARÍA LAGO MONTERO</b> .....	83
I La aparente desprotección de los principios constitucionales de justicia tributaria .....	83
II La inadecuación del decreto-ley para afectar al núcleo de los derechos y deberes fundamentales de la Constitución .....	86
III Los efectos ex nunc de la declaración de inconstitucionalidad. Sentencia prospectiva que no altera situaciones jurídicas consolidadas por prescritas .....	88
Referencias .....	89

## EL PRINCIPIO DE RESPONSABILIDAD EN EL DERECHO TRIBUTARIO SANCIONADOR

<b>JUAN ARRIETA MARTÍNEZ DE PISÓN</b> .....	91
I Introducción .....	91
II El principio de responsabilidad en materia tributaria .....	94
III Causas de exclusión de la responsabilidad en materia tributaria .....	99
Referencias .....	108

## AMNISTÍAS FISCALES O EL DEBER DE TODOS DE CONTRIBUIR AL SOSTENIMIENTO DE LOS GASTOS PÚBLICOS MEDIANTE UN SISTEMA TRIBUTARIO JUSTO

<b>JUAN IGNACIO MORENO FERNÁNDEZ</b> .....	111
1 De las recomendaciones de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE) a las de la Unión Europea (UE).....	111
2 La experiencia española: del aprovechamiento del fraude fiscal a la protección de los defraudadores .....	114
2.1 Consideraciones iniciales.....	114
2.2 La transición a la democracia, la crisis económica y el “borrón y cuenta nueva” .....	114
2.3 El recurso al “dinero negro” como un instrumento de financiación del Estado a bajo coste.....	115
2.4 La petición de colaboración a los defraudadores so pretexto de la crisis económica ....	117
3 De la lucha contra el fraude fiscal a la quiebra del deber de contribuir.....	119
3.1 La lucha contra el fraude fiscal: un fin constitucionalmente obligado .....	119
3.2 Las amnistías fiscales como excepción al deber de todos de contribuir al sostenimiento de los gastos públicos.....	121
3.3 Las amnistías fiscales y la reserva de ley tributaria .....	123
3.4 Las amnistías fiscales y los principios de interdicción de la arbitrariedad, capacidad económica, igualdad, progresividad y justicia .....	125
4 Conclusión.....	129

## ES POSIBLE REVISAR SENTENCIAS FIRMES, Y EJECUTADAS, QUE APLICAN UN PRECEPTO SANCIONADOR DECLARADO INCONSTITUCIONAL

<b>JUAN MARTÍN QUERALT</b> .....	133
----------------------------------	-----

## LA APLICACIÓN DEL PRINCIPIO DE CAPACIDAD ECONÓMICA EN LA JURISPRUDENCIA CONSTITUCIONAL ESPAÑOLA (1981-2017)

<b>MIGUEL ÁNGEL MARTÍNEZ LAGO</b> .....	141
1 El deber de contribuir a los gastos públicos como mandato vinculante para poderes públicos y ciudadanos.....	141
2 Prohibición de tratamientos fiscales injustificados o discriminatorios.....	142
3 Deber de contribuir y principio de capacidad económica.....	143
4 Capacidad económica y libertad de configuración del legislador.....	144
5 La progresiva flexibilización de la capacidad económica: de la exigencia lógica de buscar la riqueza donde la misma se encuentre a la admisión de supuestos potenciales de renta, con el límite de gravamen de situaciones inexpressivas de riqueza .....	145
6 Capacidad económica y doctrina sobre los decretos-leyes en materia tributaria .....	148
7 Capacidad económica y tratamiento fiscal de la familia .....	151
8 Capacidad económica e imposición sobre la renta .....	153
9 Capacidad económica en otros impuestos, incluso con finalidades extrafiscales .....	155
10 Capacidad económica en otros tributos y prestaciones patrimoniales públicas.....	158
11 Capacidad económica y gravamen de los incrementos de valor de terrenos urbanos...	162

## PRINCÍPIOS GERAIS DE TRIBUTAÇÃO NO DIREITO ADUANEIRO DA UNIÃO EUROPEIA

<b>NUNO VICTORINO</b> .....	165
1 Introdução .....	165
2 A classificação pautal das mercadorias .....	167
2.1 As nomenclaturas.....	171
2.1.1 O Sistema Harmonizado (SH).....	171
2.1.2 A Nomenclatura Combinada (NC).....	172
2.2 Instrumentos auxiliares de classificação.....	173
3 A origem das mercadorias.....	173
3.1 Origem não preferencial das mercadorias .....	174
3.1.1 A prova de origem.....	175
3.2 Origem preferencial das mercadorias.....	176
3.2.1 Produtos inteiramente obtidos.....	177
3.2.2 Operações de complemento de fabrico ou de transformação suficientes .....	178
3.2.3 Operações de complemento de fabrico ou de transformação insuficientes.....	178
3.2.4 Derrogações temporárias.....	179
4 O valor aduaneiro das mercadorias .....	179
5 Conclusão .....	183
Referências .....	184

## O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (REVISITADO)

<b>VASCO BRANCO GUIMARÃES</b> .....	187
1 Introdução .....	187
2 O princípio da legalidade.....	187
3 A relação entre a legalidade e o consentimento.....	195
4 A prática de aplicação.....	200

## PARTE II

### DOCTRINA NACIONAL

## VALORES E PRINCÍPIOS JURÍDICOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

<b>MARCUS ABRAHAM</b> .....	203
I Introdução .....	203
II A evolução da hermenêutica jurídica .....	204
III Funções dos princípios e sua aplicação .....	207
IV Valores e princípios nas finanças e na tributação .....	209
V Conclusões.....	213
Referências .....	213

## PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES: ENTRE INDEPENDÊNCIA E HARMONIA OU EFETIVIDADE

<b>CHRISTIAN PERRONE</b> .....	215
I     Introdução .....	215
II    Harmonia e independência na separação de poderes: uma visão histórica.....	216
III   Efetividade e a nova separação de poderes.....	220
IV   A transformação do estado constitucional do Brasil: entre harmonia e independência ou efetividade .....	224
V    Conclusão .....	228
Referências .....	228

## PONDERAÇÃO DE PRINCÍPIOS

<b>CLAUDIO SOARES DA SILVA CALISTO</b> .....	231
1     Introdução .....	231
2     Exegese principiológica na era pós-positivista.....	231
2.1   A virada valorativa do pós-guerra .....	231
2.2   A ponderação de princípios como técnica de interpretação jurídica.....	233
2.3   A ponderação de princípios nos Estados Unidos da América, na Alemanha e na Itália .....	234
3     Críticas à ponderação de princípios .....	236
3.1   Os pressupostos da teoria dos princípios de Robert Alexy.....	236
3.2   O âmbito de proteção dos direitos fundamentais.....	237
3.3   Os riscos à dogmática jurídica .....	239
4     Ponderação de princípios tributários brasileiros: três exemplos práticos.....	240
4.1   Princípio da legalidade tributária <i>versus</i> princípio da capacidade contributiva .....	241
4.2   Princípio da irretroatividade tributária <i>versus</i> princípio da confiança legítima .....	241
4.3   Princípio da imunidade tributária recíproca <i>versus</i> princípio da livre concorrência ...	242
5     Conclusão .....	243
Referências .....	243

## SEGURANÇA JURÍDICA E O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

<b>DANIEL LANNES POUBEL</b> .....	245
1     Introdução .....	245
2     A segurança jurídica.....	245
3     A legalidade no Direito Público .....	249
3.1   A função normativa da Administração Pública e o grau de densidade normativa da lei .....	251
4     A legalidade tributária .....	253
5     Conclusão .....	258
Referências .....	259

**A MANIFESTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA  
NO CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NO BRASIL:  
O PRINCÍPIO *ARM'S LENGTH***

<b>DÉBORA OTTONI UÊBE MANSUR E MARCUS LÍVIO GOMES</b> .....	261
1 Introdução .....	261
2 O princípio da capacidade contributiva: aspectos gerais, contornos e conteúdo .....	262
3 O controle dos preços de transferência e seu objetivo: convertendo preços reais de grupo em preços reais de mercado .....	266
4 O <i>arm's length</i> como manifestação da capacidade contributiva nos preços de transferência .....	268
4.1 O <i>arm's length</i> : conteúdo e tratamento doméstico .....	268
4.2 O <i>arm's length</i> e a capacidade contributiva .....	270
5 Conclusão .....	272
Referências .....	273

**O NÃO CONFISCO E O MÍNIMO EXISTENCIAL COMO PROTEÇÃO À LIBERDADE DO CONTRIBUINTE**

<b>DONOVAN MAZZA LESSA</b> .....	275
I Introdução: tributação e liberdade .....	275
II A capacidade contributiva e sua relação com o mínimo existencial e o não confisco .....	278
III A proteção ao mínimo existencial .....	279
IV A vedação da utilização do tributo com efeito confiscatório .....	283
V Conclusão .....	288
Referências .....	288

**O PRINCÍPIO DA LIBERDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO**

<b>ELIZABETH GORAIEB</b> .....	291
I Introdução .....	291
II Liberdade e tributos .....	291
2.1 A ideologia da liberdade: aspectos históricos .....	291
2.2 A liberdade como princípio .....	298
2.3 O tributo como preço da liberdade e seu conteúdo ético atual .....	300
III Conclusão .....	301
Referências .....	302

**PRINCÍPIOS DO EQUILÍBRIO E DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

<b>ÉRICO DE CARVALHO PIMENTEL</b> .....	305
I Introdução .....	305
II O princípio do equilíbrio fiscal .....	305
III Transparência fiscal .....	310
IV Equilíbrio e transparência fiscal e Direito brasileiro .....	314
V Conclusão .....	316
Referências .....	316



## ENSAIO SOBRE A DIGNIDADE HUMANA ENQUANTO ESSÊNCIA DA HUMANIDADE

<b>FLÁVIO MARCELO RODRIGUES BRUNO</b> .....	319
I     Introdução .....	319
II    Direitos humanos e dignidade da pessoa humana enquanto valor e princípio fundamental.....	320
III   A dignidade da pessoa humana na ordem constitucional.....	322
IV   Um consenso mínimo valorativo sobre a dignidade humana.....	325
V    Considerações finais .....	329
Referências .....	329

## PRINCIPIOLOGIA E AXIOLOGIA APLICADAS AO DIREITO TRIBUTÁRIO

<b>GUILHERME KRUEGER</b> .....	331
I     Introdução .....	331
II    Dramaturgia e direito.....	332
III   A legitimidade do direito entre o programático e o performático .....	335
IV   Direito Tributário: ética e estética.....	337
V    Conclusão .....	342
Referências .....	343

## IGUALDADE E CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

<b>LAÍS GRAMACHO</b> .....	345
I     Introdução .....	345
II    O princípio da igualdade .....	346
II.1   Conceito .....	346
II.2   Estrutura normativa .....	347
II.3   Conteúdo jurídico.....	348
II.4   Critérios para aplicação.....	349
II.5   A igualdade tributária.....	350
III   A capacidade contributiva .....	351
III.1   Conteúdo expresso e implícito.....	351
III.2   Capacidade contributiva como critério para a igualdade tributária.....	352
III.3   Capacidade contributiva e o bem-estar social .....	353
IV   Conclusão .....	355
Referências .....	356

## PRINCÍPIO REPUBLICANO

<b>MARINA OLEGOVNA GONCHARENOK LOBATO</b> .....	359
1     Introdução .....	359
2     Considerações acerca dos conceitos <i>res publica</i> e república .....	359
3     O princípio republicano como princípio orientador do ordenamento jurídico brasileiro.....	362

4	O conteúdo jurídico constitucional do princípio republicano.....	363
4.1.	Igualdade e Estado de Direito.....	365
4.2	Estrutura político-organizatória e a separação dos poderes.....	366
4.3	A garantia do exercício de direitos individuais e políticos (formas de exercício da soberania popular) como meio de assegurar as liberdades.....	367
4.4	Incompatibilidade da forma republicana de governo e do princípio republicano com o princípio monárquico.....	368
4.5	Dimensão laica.....	369
5	Conclusão.....	370
	Referências.....	371

## PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL: O FUNDAMENTO PARA A VIDA EM SOCIEDADE

<b>NATHALIA DE ANDRADE MEDEIROS TAVARES</b> .....	373
I Introdução.....	373
II Por que a vida em sociedade?.....	373
III A solidariedade social como princípio jurídico.....	375
IV Classificações afetas à solidariedade social.....	377
IV.1 Classificação segundo a época histórica: solidariedade dos antigos e solidariedade dos modernos.....	377
IV.2 Classificação segundo os direitos e deveres: solidariedade vertical e solidariedade horizontal.....	378
IV.3 Classificação segundo o grau de consciência coletiva: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.....	379
V Considerações acerca da solidariedade social na atualidade.....	382
VI Conclusões.....	383
Referências.....	384

## SEGURANÇA JURÍDICA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

<b>RENATA DA SILVEIRA BILHIM</b> .....	387
I Introdução.....	387
II O princípio democrático e o estado de (in)segurança jurídica.....	391
III Considerações finais.....	402
Referências.....	402

## APONTAMENTOS SOBRE PRINCÍPIO FEDERATIVO E FEDERALISMO FISCAL

<b>THIAGO GUERREIRO BASTOS</b> .....	405
I Introdução.....	405
II Autonomia.....	406
III Origem federativa.....	408
IV Federalismo fiscal.....	410
V Conclusão.....	416
Referências.....	416

# A FRUSTRAÇÃO DO PLANEJAMENTO À CUSTA DO SACRIFÍCIO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA

<b>VANESSA HUCKLEBERRY PORTELLA SIQUEIRA .....</b>	<b>419</b>
I     Introdução .....	419
II    O orçamento como instrumento de programação.....	420
III   A dinâmica das leis orçamentárias .....	422
III.1 O plano plurianual.....	423
III.2 A Lei de Diretrizes Orçamentárias .....	424
III.3 A Lei Orçamentária Anual .....	425
IV   Cancros que assolam o planejamento.....	425
V    A frustração dos direitos sociais.....	428
VI   Conclusões.....	429
Referências .....	430
 SOBRE OS AUTORES.....	 433